

VIVÊNCIAS DE DOCÊNCIA EM LÍNGUA MINORITÁRIA: o caso da língua alemã no Vale do Itajaí

Valéria Contrucci de Oliveira Mailer¹

Falar em manter e valorizar línguas no Brasil parece algo distante e desconhecido, que só aparece no meio acadêmico. Possivelmente porque as línguas são tão naturais para o ser humano que dificilmente paramos para refletir sobre elas.

Quando me graduei em Letras – português/alemão na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Assis, no interior de São Paulo, pensava apenas em ensinar alemão em escolas de idiomas ou mesmo na Universidade, já que não havia a língua no Ensino Fundamental ou Médio no estado. Um horizonte restrito e bem delineado.

Por não ser descendente de alemães e não ter contato com a língua no Brasil, fiz um estágio na Alemanha para melhor desenvolver a proficiência na língua. Morei em Munique, a capital do estado da Baviera, onde as pessoas não falam no dia a dia o *Hochdeutsch* (alemão padrão) que havia aprendido na Universidade, mas o dialeto característico daquela região do sul da Alemanha, o bávaro (*bayrisch*).

Viajando pelo país, começava a perceber que minha relação com a língua alemã seria mais complexa do que pensava, pois nas outras regiões do país falam-se inúmeros dialetos, muitas vezes incompreensíveis entre si, uma característica absolutamente normal das línguas naturais e algo que a Universidade, na década de 90 do século XX, ainda tratava como tabu.

Os estudos de sociolinguística variacionista iniciaram-se nos anos 1960, e muito pouco se sabia ainda sobre as influências sociais

¹ Mestre em Linguística. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Professora e coordenadora do curso de Licenciatura em Alemão da Universidade Regional de Blumenau (Furb). E-mail: vmailer@furb.br

nas línguas. Ao lado de autores como Haugen, Bright, Dell Hymes e outros, William Labov (1963;1964) publica seu estudo comprovando que as línguas variam e mudam de acordo com alguns elementos extralinguísticos como sexo, idade, escolaridade, nível social, mas também são influenciadas por fatores internos da própria língua.

De volta ao Brasil, fixei-me no estado do Rio Grande do Sul, onde atuei como professora de alemão. Aí pude perceber outros elementos que caracterizavam a língua aqui no Brasil, pois descendentes de alemães falavam um dialeto que não havia conhecido na Alemanha, o *Hunsrückisch*. O que não compreendia na época era o porquê desses falantes sentirem vergonha em falá-lo e sempre se justificarem afirmando que falavam um alemão “errado”. O dialeto da região de *Hunsrück*, na Alemanha, havia se tornado uma koiné no estado, ou seja, a língua geral dos imigrantes alemães. Em virtude do grande número de pessoas que migraram dessa região, o *Hunsrückisch* assimilou os outros dialetos alemães trazidos por outros grupos de imigrantes vindos da Alemanha (SPINASSÉ, 2008). Um fenômeno extremamente interessante linguisticamente, uma língua de base germânica que se formou por empréstimos do português e hoje faz parte do inventário das línguas brasileiras.

Já em Blumenau, no Vale do Itajaí, deparei-me com questões que já me intrigavam com relação à língua, aos falantes e à sua docência na rede de ensino municipal e particular: falantes de alemão no lar sentiam-se também constrangidos em falar a língua em público e afirmavam que não falavam alemão. Diziam que eram *Deutschverderber* (corruptores da língua). Embora aqui não falassem o dialeto *hunsrückisch* ou outro, mas a língua padrão (*Hochdeutsch*). Eram também fonte de deboche como falantes da língua portuguesa, por falar um português com acento germânico e com variações típicas das regiões de imigração.

Para tentar compreender essas questões, mergulhei na história de Santa Catarina, mais precisamente do Vale do Itajaí. Uma história recente, vivenciada por muitos na região, e completamente ignorada pelas políticas educacionais. Nos depoimentos dos moradores de Blumenau e do entorno pode-se observar a mágoa e o ressentimento por serem tratados como estrangeiros e não serem considerados cidadãos. Esses fatos explicam muitos dos discursos atuais sobre a língua alemã a que nos referimos acima. A política de imigração estava cercada por muito mais concepções do que simplesmente trazer imigrantes para povoar as terras do Sul. A concepção que pautou a política imigratória da República Velha foi essencialmente racista:

[...] as teses sobre o branqueamento da população brasileira contidas na obra de alguns brasileiros notáveis desde o século XIX, como Sylvio Romero, Euclides da Cunha, João B. de Lacerda, Oliveira Vianna e outros menos cotados [...] eram bastante precisas: a imigração de brancos europeus devia realizar um papel fundamental na formação da nação brasileira – “branquear” uma população predominantemente mestiça e negra. Assim, através da mestiçagem [...] seriam eliminadas as raças “inferiores” (negros, índios e seus mestiços) através da seleção natural e social. (SEYFERTH, 2003, p. 48).

Além disso, a falta de planejamento colocou os imigrantes em terras já povoadas por populações indígenas, tornando o conflito inevitável e resultando na expulsão dos últimos desse território.

Sem apoio do governo imperial, o grupo de imigrantes desenvolveu traços de pertencimento étnico (Germanidade) para não perder a identidade de grupo e passou a defender cada vez mais sua língua e cultura trazidas da Europa. O contato com outras etnias no Vale do Itajaí, principalmente a lusitana, fortaleceu ainda mais a Germanidade. Essa resistência em não se deixar ser assimilado não foi bem vista pelos governantes da República Velha e, em Santa Catarina, Vidal Ramos empreendeu a primeira campanha para eliminar a língua alemã do território nacional e forçar a assimilação dos imigrantes, principalmente pela língua.

Mas foi no governo de Getúlio Vargas que a repressão aos imigrantes e seus descendentes se tornou realmente dura. A vida na comunidade estava organizada nos moldes europeus, os únicos que conheciam, e a língua do lar, de instrução e veicular era o alemão, também a única que conheciam. Já em 1850, quando chegou a primeira leva de imigrantes, a Educação Básica era obrigatória na Alemanha. Dessa forma, a comunidade de imigrantes se organizou para prover a colônia com escolas, e graças a isso o índice de analfabetismo era nulo nas zonas de imigração, enquanto no resto do Brasil chegava a cerca de 80% na época (LUNA, 2000).

Seyferth (1982) constata, nas palavras de um imigrante de Brusque, a surpresa e a incompreensão em relação à dura repressão e silenciamento na Campanha de Nacionalização do Estado Novo:

Eu não entendo muito de política. Só sei que um bom cidadão contribui para a grandeza de sua pátria, e minha pátria é o Brasil. Só que na nacionalização não tinham mais direitos, só deveres. Não entendi bem essa história de nacionalização. Nacionalizar o quê? Os teuto-brasileiros nunca negaram a sua cidadania, nunca negaram que também são brasileiros. Não sei em que alguém pode prejudicar o Brasil só porque fala alemão e tem orgulho de sua origem. Afinal, tenho muito orgulho de ser de origem alemã. (SEYFERTH, 1982, p. 190).

Na verdade, o que estava em jogo aqui eram dois conceitos fundamentais: *Heimat* (nação) e *Vaterland* (pátria).

Em Rambo (1994) encontramos as explicações para as concepções europeias de nacionalidade. *Vaterland* está ligado ao *jus solis*, ou ao lugar onde se nasce, e *Heimat* está ligado ao *jus sanguinis*, ou ao direito de sangue de pertencer àquela nação/povo. Para os teuto-brasileiros, pertencer à nação alemã e praticar língua, hábitos e costumes ligados a ela em nada interferiam em sua condição de cidadãos brasileiros, já que o conceito de nacionalidade não se vincula à Nação (*Heimat*) e sim à Pátria (*Vaterland*).

Mas foi justamente o conceito de nacionalidade luso-brasileiro que relegou os teuto-brasileiros a estrangeiros em seu próprio país e desencadeou um processo de repressão contra a comunidade de imigrantes e seus descendentes no Vale do Itajaí e no Sul do Brasil.

A língua foi proibida, e as escolas e a imprensa fechadas. Assim, perdeu-se a relação com a escrita e língua ficou mais suscetível a empréstimos do português. Fato que ocorreria de uma forma ou de outra, mas possivelmente de forma mais natural. Por esse motivo, a língua foi expulsa da zona urbana e permaneceu somente na zona rural, sofrendo estigmatização por ser falada por pessoas que moravam no campo, um preconceito também presente no português (MAILER, 2003).

Com a estigmatização da língua e de seus falantes, e o desconhecimento da história da imigração na Educação Básica, o preconceito passou a fazer parte das aulas de alemão como língua estrangeira ou segunda língua nos cursos de idiomas e nas escolas de Ensino Fundamental, o que contribuiu para diminuição de falantes.

Fenômenos como empréstimos linguísticos do português e uma pronúncia diferente do alemão falado na Alemanha eram motivo de chacota e deboche para quem ensinava e aprendia o alemão padrão (*Hochdeutsch*). E é justamente essa concepção de uma língua padrão, invariável, imutável, correta, acima de qualquer desvio, que incrementa o preconceito em relação às outras variedades do alemão falado não só aqui em nossa região, mas em outras regiões do Brasil. Na Alemanha, há também muitas variedades do alemão falado nas várias regiões do país: os dialetos.

Aqui retornamos aos estudos de Labov com a linguística variacionista. A língua oral está em constante mudança e varia por fatores sociais e também linguísticos. E foi isso que aconteceu com o alemão no Vale do Itajaí. A língua variou, incorporou empréstimos do português e nomeou o ambiente diferente que aqui havia.

Fenômeno absolutamente natural no contato de línguas: o português como língua majoritária, de instrução, oficial e o alemão como minoritária e do lar.

A língua alemã compõe o patrimônio imaterial de nossa região e do Brasil ao lado de outras 200 línguas indígenas e de imigração. É ainda língua materna de comunidades de Blumenau e do entorno, como Pomerode e Timbó. Trabalhar com o bilinguismo das crianças que chegam às escolas municipais e estaduais deveria estar previsto nas diretrizes curriculares destas redes de ensino. No entanto, a escola também ignora essa questão e muitas vezes atua para eliminar um saber linguístico, que a seu ver, só atrapalha o processo ensino-aprendizagem. Essa atitude priva os educandos de sentirem-se valorizados pela língua que trazem de casa e relega-os mais uma vez ao silêncio. “Não falamos alemão nem português”, é o discurso dos alunos e de seus pais sobre sua condição bilíngue. Algo que não reflete a realidade quando se observa como compreendem histórias e fatos escritos em alemão padrão e se comunicam com outros falantes de alemão.

Na Licenciatura em Alemão da Universidade Regional de Blumenau recebemos muitos alunos falantes de alemão no lar e outros que têm interesse em aprender a língua para ensinar na Educação Básica. Os alunos falantes de alemão são uma força motriz para aqueles que começam agora a aprender a língua. Por causa deles podemos trabalhar quase em imersão, já que a interação nas aulas ocorre em alemão e os não-falantes têm a oportunidade de estar em contato com a língua por mais tempo do que somente durante as aulas.

Além das questões linguísticas abordadas neste texto, problematizam-se questões outras como o preconceito étnico-racial e religioso. Vários depoimentos emergem dos próprios acadêmicos sobre situações que vivenciaram na escola com professores que não sabiam lidar com crianças bilíngues e, de outro lado, daqueles que

se sentem excluídos e discriminados pelos teuto-brasileiros por não falarem a língua ou praticarem outros costumes. São relações conflituosas entre etnias que convivem em um determinado território e que foram abafadas até então pelo mito da homogeneidade linguística e cultural que por muitas décadas dominou os discursos acadêmicos e governamentais.

Somos um país plurilíngue e multicultural e o contato de etnias e culturas tão diversas não está isento de conflitos. E é justamente nesta relação conflituosa que se constrói a identidade do povo brasileiro.

Lecionar alemão no Vale do Itajaí requer o conhecimento não só da língua, mas de todo o contexto que cercou a imigração na região e das políticas empreendidas para eliminá-la e excluir seus falantes da participação social. Um desafio a ser enfrentado por todo professor de alemão já formado ou em formação.

REFERÊNCIAS:

LUNA, J. M. F. **O Português na Escola Alemã de Blumenau:** da formação à extinção de uma prática. Itajaí/Blumenau: Ed. da Furb / Ed. da Univali, 2000.

MAILER, V. C. de O. **O Alemão em Blumenau:** uma questão de identidade e cidadania. 2003. 95f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85489/192379.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 set. 2014.

RAMBO, A. B. (1994) Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, C.; VASCONCELOS, N. (org.). **Os Alemães no Sul do Brasil**. São Leopoldo: Ed. da Ulbra, 1994.

SPINASSÉ, K. P. O hunsrückisch no Brasil: a língua como fator histórico da relação entre Brasil e Alemanha. **Espaço Plural**,

Paraná, ano IX, n. 19, p. 117-26, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1934>>. Acesso em: 10 set. 2014.

SEYFERTH, G. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

_____. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, N. (org.). **Etnia e educação: a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis / Tubarão: Ed. da UFSC / Ed. da Unisul, 2003. p. 21-61.

Recebido em 09/05/2013

Aprovado em 10/06/2013